



BRICOLAGEM METAFÍSICA AO PENSAR A AÇÃO POLÍTICA E O ESTADO

Pedro Gontijo

Programa de Pós-Graduação em Metafísica (PPG μ /UnB)
Departamento de Filosofia, Universidade de Brasília

RESUMO: O presente texto tem como objetivo pensar a ação política interrogando sobre a sua relação com o Estado. Parte de uma problematização sobre a política a partir da experiência do cotidiano afirma a importância da abordagem filosófica do problema e se situa como um pensar em sintonia com grupos que fazem oposição às perspectivas neoliberais que submetem a política ao econômico. Discute algumas ideias de John Holloway e Alain Badiou sobre ação política em composição com formulações relativas ao Estado e a ação política como o anarquismo e Robert Nozick. Por fim, propõe ainda uma perspectiva de se pensar a ação política resgatando algumas proposições de Foucault e Deleuze.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia Política. Estado. Ação.

ABSTRACT: This text aims to reflect on the political action by questioning about its relation to the State. In the context of the current debate about politics, some state the importance of the philosophical approach to this problem which is in tune with groups that oppose to neoliberal perspectives, i.e. according to which political undergoes to economy. We will discuss some of John Holloway and Alain Badiou's ideas on the political action such as anarchism as well as Robert Nozick's perspective. Finally, I aim to establish a new approach to thinking about political action by rescuing some of Foucault and Deleuze's theories.

KEYWORDS: Political Philosophy. State. Action.

Introdução

Em uma das conferências que proferiu no Brasil em 1993, depois publicada com o título de *Situação da Filosofia no Mundo Contemporâneo*, Alan Badiou respondia a suas próprias perguntas sobre “por que há filósofos?” e “o que é um filósofo?”.

““Revolta”, porque a filosofia está sempre descontente com o mundo tal como ele é. “É melhor ser Sócrates descontente do que ser um porco satisfeito. ” Descontente com as opiniões dominantes. A filosofia é descontente com o saber tal como ele é. O filósofo é até mesmo descontente consigo mesmo. Como dizia Sartre, ele tem o hábito de pensar contra si mesmo. É a função crítica da filosofia, que é uma revolta do pensamento”. (BADIOU, 1994, p.11)

Expressando sintonia com a formulação dada por Badiou, penso que esse texto nasce desse processo de insatisfação com algumas formulações de problemas no campo da filosofia política e, sobretudo, com muitas respostas dadas. Ele nasce no meio dos debates que ocorrem em diferentes lugares no Brasil analisando qual é o papel e o tamanho ideal do Estado na vida política, social e econômica do país e qual seria o tipo de relação que movimentos sociais deveriam ter com o Estado na construção de alternativas ao ideário neoliberal.

Há muita metafísica em quase qualquer discurso sobre essas questões. Não se pretende fugir disso. Portanto, não é uma experiência para dizer das coisas que se sabe sobre a política, mas uma parada para dizer de coisas que seria interessante pensar sobre a relação entre política e o Estado. É uma escrita com lugar social demarcado e com valores incorporados condicionando o que se escreve.

Por onde começar a política? Por onde pensar o Estado? Há miríades de possibilidades. Utilizarei o método da bricolagem. Não farei manifesto por alguns lugares que não me interessam pensar. Ensaio algumas possibilidades de colagens com autores como Badiou e com Holloway. Talvez nada definitivo. Tudo desmontável. Quebrável e remontável. Não por algum princípio epistemológico ou ético, mas sim estético. Acho feio ou bonito esta ou aquela composição. Não gosto ou gosto de outra. Começo a bricolagem por Adélia Prado, mineira e poetiza

Pior é que eu já perdi a inocência para os partidos, então quando falam em “os estudantes” ou “as donas-de-casa” eu saio no meio do discurso, seja quem for, porque não acredito que a humanidade se salvará por uma de suas classes. Não quero ser governada por operários enfatuados, deslumbrados por terem a chave do cofre. Quero que me governe um homem bom e justo, que cuide para que chegando a noite todo mundo vá dormir cedo e cansado com tanto trabalho que tinha para fazer e foi feito. Nem me importa se quem manda é rei vindo em linha direta de Salomão, mesmo sendo mais bonito, ou presidente ascendido das classes trabalhadoras. (PRADO, 1974, p. 68)

Os fatos políticos se passam em nossa frente, ou melhor, passam em nós, mudam nossas vidas, alteram nosso cotidiano, transformam o tipo de relação que temos com as pessoas e as instituições, mas muitas vezes sequer pensamos sobre a política mais ampla e sobre como a mesma poderia ser diferente do que enxergamos de forma mais próxima de nós. E não nos perguntamos sobre o papel do Estado ou sequer, no cotidiano, separamos Estado e governo. O relato de Adélia remete ao menos a alguns aspectos que permitem formular questões para a política. Podemos destacar agora dois: de um lado a descrença em determinados discursos sobre a política e a indiferença sobre quem governa e, em seguida a proposição de que o importante é como isso reflete no cotidiano de uma família para garantir o mínimo necessário para sobrevivência digna.

Mais do que alguma exegese ou busca de sentidos em Adélia Prado sobre sua percepção política, interessa aqui o que seu texto nos remete, ou seja, ao cotidiano de muitas Marias, Pedros, Antônio e Anas, cujos horizontes cotidianos estão um pouco mais ou um pouco menos circunscritos nas palavras da poetiza. Para nós, brasileiros e brasileiras, que assistimos desde junho de 2013, uma profusão de manifestações de rua das mais diversas em diferentes cidades e com uma diversidade de bandeiras, bastaria afastar-se um pouco das mobilizações e encontraríamos lares com famílias nesse escopo bem delineado pela poetiza mineira. Não cabe aqui fazer juízo de valor moral a ela ou a qualquer pai ou mãe de família que assim procede quanto à política, posto que, como já dissemos não interessar aqui esse tipo de juízo, mas pensar a partir dessa constatação.

Por si só estas colocações de Adélia Prado parecem justificar um assumir a perspectiva filosófica proposta por Badiou ao pensar filosoficamente a política. Manifestar uma insatisfação com o como as coisas estão e pensar possibilidades, sobretudo, com relação ao Estado e a ação política. A cada novo contexto histórico, coloca-se novamente algumas questões que parecem semelhantes, mas que agregam inúmeros outros aspectos que exigem novas abordagens, mesmo que tendo antigas elaborações como referenciais.

Holloway, pesquisador irlandês radicado no México, analisou a situação de diversos países onde partidos e grupos de esquerda assumiram governos por diferentes vias e o resultado, em sua avaliação, não foi o esperado. Também analisou a ação dos indígenas do movimento zapatista no México. Como resultado dessas pesquisas escreveu um interessante estudo intitulado “*Mudar o mundo sem Tomar o Poder*” na busca de pensar novas possibilidades para a política e a relação da sociedade com o Estado. Uma das primeiras questões que Holloway abordou foi distinguir a desnecessária imagem ou proposta de futuro com a possibilidade de avaliar o presente.

Não necessitamos ter uma imagem de como seria um mundo verdadeiro para sentir que existe algo radicalmente equivocado no mundo tal como é. Sentir que o mundo está equivocado não significa, necessariamente, que temos a imagem de uma utopia que ocupe o seu lugar. Tampouco implica uma idéia romântica como “algum dia chegará o meu príncipe”, uma ideia de que ainda que as coisas agora estejam mal, algum dia chegaremos a um mundo verdadeiro, a alguma terra prometida, a um final feliz. Não precisamos de uma promessa de final feliz para justificar a nossa rejeição a um mundo que sentimos estar equivocado. (HOLLOWAY, 2003, p.11)

Se o diagnóstico do presente sempre carrega o os processos de constituição das subjetividades com seus valores, preconceitos e ideias, a proposição de Holloway nos permite pensar que pode-se não ter uma ideia ou imagem devidamente formatada sobre a sociedade que queremos, mas que isso não impede de fazermos a avaliação e mostrarmos as inconsistências e incoerências nas práticas atuais. Nessa bricolagem queremos dizer de construções atuais sobre o Estado. Não afirmaria como a sociedade deveria ser, não apontaria um ideal a ser perseguido na organização social e política do mundo atual. Mas isso não impede que apontemos problemas e insuficiências na nas imagens hoje vigentes.

A Contribuição específica da Filosofia

A filosofia pode proporcionar uma compreensão “mais alargada” do mundo que a visão anteriormente adotada por qualquer pessoa, ou mesmo proporcionar visões diversas e habituar-nos a pensar de forma disciplinada sobre questões tidas como essenciais em cada comunidade, em diferentes cantos do planeta e no planeta como um todo. Ela ampliar o repertório de possibilidades de pensar os problemas.

Pode contribuir para a construção de visões de mundo, portanto da política e do Estado e da relação com o Estado. Há muitos problemas que não podem ser solucionados apenas pelas explicações apontadas pelas ciências. Nenhuma ciência pode

dizer como irei viver ou como devo me comportar diante de meus semelhantes ou diante do mundo. Ou de que forma seria adequado organizar a política e o Estado. Pode até apresentar parâmetros, podem orientar decisões, mas nunca definir as decisões.

Considerando também, as ciências humanas insuficientes para uma abordagem mais global sobre a problemática da política, por não ser o entendimento do que seja o homem redutível aos seus métodos, a Filosofia se torna uma ferramenta importante, pois pode proporcionar a qualquer proposição teórica ou a qualquer prática política os parâmetros para sua crítica e superação fornecendo-lhe fundamentos racionais. Pode-se pensar e repensar categorias de análise, conceitos e argumentos.

Entendendo a política como o meio pelo qual os seres humanos poderiam expressar suas diferenças e conflitos, regular e ordenar seus interesses, definir e defender seus direitos e obrigações individuais e sociais, sem necessariamente fazer uso da força, podemos afirmar que a busca por uma ontologia política se preocupa dos princípios e fins contidos na atividade política e das relações entre a atividade política e o Estado. Essa busca por elementos ontológicos para pensar a política permite, pensá-la como espaço do desentendimento, do antagonismo e do conflito, mesmo que não construa nada de consenso, mas permita novas composições.

Chantal Mouffe (1996) critica, por exemplo Habermas e John Rawls por considerar que esses acreditam em consensos por processos deliberativos. Ela defende um modelo que chama de agonismo, onde adversários reconhecem suas divergências, inclusive suas irreconciliáveis divergências e procuram resolvê-las por meio das instituições. Não é a mesma coisa que o modelo deliberativo. Para ela o agonismo é possível quando ambos adversários reconhecem a legitimidade um do outro. Não se coloca no horizonte a eliminação do outro, mas não pressupõe o consenso.

A resposta sobre o que seria a ação política nessa relação com o Estado depende também de pressupostos que possam, inclusive, dar uma visão do que seria o próprio ser humano e sua sociabilidade. Poderia afirmar, por exemplo, que sendo os seres humanos interdependentes uns de outros, a política seria a forma de maximizar os ganhos da ação cooperativa e minimizar as perdas no que não conseguirem ter acordo. O desafio que se coloca é pensar as potencialidades dessa interdependência no contexto atual.

Pensar a política no contexto de investimento do ideário neoliberal

A complexidade de pensar tais desafios ainda aumenta, quando vemos concretamente no exercício da política, numa ação que é, talvez, a mais básica, o exercício do voto sendo definido pelo poder econômico. O poder econômico torna os processos eleitorais ocasião de despesas vultosas. Elege-se quem tem mais dinheiro investido na campanha, salvo raras e confirmatórias exceções. O eleitor não se sente representado, não valoriza o candidato, não valoriza os partidos políticos (dominados por “caciques”) e não valoriza a Política.

A construção de alternativas passa por pensar hoje o contexto neoliberal que com maior ou menor ênfase em alguns lugares e em alguns períodos, parece construir uma posição hegemônica. Talvez não haja mesmo o que possamos chamar de “o melhor caminho” para superar a atual conformação política e econômica, porém mesmo não havendo uma única forma de responder o que seja pensar filosoficamente a política, nesse contexto, podemos compartilhar ou criar alguma resposta sobre o assunto. O contexto neoliberal oferece dificuldades significativas para se pensar alternativas. Como afirma Silva:

O projeto neoconservador e neoliberal envolve, centralmente, a criação de um espaço em que se torne impossível pensar o econômico, o político e o social fora das categorias que justificam o arranjo social capitalista. Nesse espaço hegemônico, visões alternativas e contrapostas à liberal/capitalista são reprimidas a ponto de desaparecer da imaginação e do pensamento até mesmo daqueles grupos mais vitimizados pelo presente sistema. (SILVA, 1994, p. 255)

Mesmo quando se identifica e denuncia o ideário neoliberal apresentando provas sólidas sobre as características e consequências de sua aplicação no funcionamento do Estado e das políticas, ainda aparecem justificativas afirmando que os problemas não estão no ideário, mas em sua não aplicação plena. A dificuldade de pensar a política para além do neoliberalismo é também compartilhada por Badiou em sua crítica sobre como a política liberal hegemonizou a discussão sobre a política:

Ora, atualmente existe apenas uma única política, a política liberal, que leva forçosamente o país para a globalização financeira; é o que se chama política única. Assistimos, nos mais variados horizontes, a um espetáculo desesperador: quando a oposição chega ao poder, ela faz a mesma política que a antiga maioria. Se há somente uma única política possível, é que não há política alguma. A política tornou-se impensável. E por que a política é impensável? Porque ela não é mais propriamente um pensamento. A política só pode ser um pensamento se ela decide algo; se ela afirma algo ser possível, ali mesmo onde só há declaração de impossibilidade. (BADIOU 1999, p.37)

Mesmo não sendo o objeto de análise deste texto, parece interessante destacar a atualidade deste posicionamento de Badiou. Sendo que o mesmo pronunciou tal posicionamento em algumas conferências feitas no Brasil em 1993, parecia antever o que teria sido, em parte, a política econômica que assistimos reforçada pelo governo Lula e Dilma em pouco mais de três mandatos. E, neste ano de 2016, a virulência com que se tem construído narrativas e propostas de redução do tamanho do Estado e de alteração substancial das políticas públicas, precarizando direitos sociais que se acreditava consolidados, parece mostrar não haver outro caminho a não ser a política neoliberal. Mas deve ser possível pensar e construir outra política.

A bricolagem acena para essa possibilidade. Por fazer composições mesmo que absolutamente estranhas num primeiro momento, mas que podem produzir efeito de sentido. Como diz Badiou na sequência da citação anterior.

A política consiste em pensar e praticar o que é declarado impossível pela política dominante. É isto que faz com que uma política seja real. É quando ela força o impossível a existir. Se nos dizem: o liberalismo econômico, a globalização, o regime parlamentar é a única possibilidade, fazer outra coisa é impossível, precisamente, em tais casos, dizemos: uma política real existe ali onde se diz que ela é impossível. Afrontar o impossível é o que nos causa medo, e é por esta razão que a política é obscura. (BADIOU 1999, p.38)

Sendo o Estado um “personagem” praticamente onipresente nas sociedades modernas ocidentais, no sentido de inexistência de região que não esteja sob jurisdição de algum estado nação, parece inevitável pensar no estado ao pretender visualizar alternativas ao modelo neoliberal.

Pensando a relação com o Estado na ação política

O papel do estado na construção de alternativas ao modelo neoliberal é controverso. Dependendo do que se pode fazer com Estado numa sociedade globalizada e hegemônica pelo neoliberalismo, a estratégia de construção de alternativas muda significativamente. Surgem questões como: pode o estado, caso hegemônico politicamente por setores populares de esquerda ter sua política econômica direcionada por interesses conflitantes com a política neoliberal? Deveria ser a tomada do estado o foco principal da luta dos que acreditam que um outro mundo é possível?

Ao fazer uma releitura histórica do que se tornou a experiência soviética, pode-se de forma simplista, sem levar em conta uma série de condicionantes internos e externos, afirmar que tal “tomada de poder” do Estado tenderá ao fracasso. Pode-se, inclusive agregando nessa análise outras experiências de governo populares, chegar à conclusão de que não há como dissociar a figura do Estado daquela imagem de alguma uma força coercitiva e da qual se deve manter sempre alguma desconfiança ou mesmo distância.

Alguns defendem que a existência do estado é necessária, porém somente nas questões eminentemente públicas e que deve se abster de interferir no que seja privado, pois este é de competência apenas dos indivíduos. Todavia esta postura se torna complicada de aplicar, pois o próprio fato de definir o que seja privado ou público já carrega em si uma hierarquia de valores e a filiação a alguma perspectiva política de maior ou menor afirmação do papel do Estado.

Revisitar alguns referenciais antigos ou tidos apenas como coisa velha sem utilidade atual pode lançar novas luzes para pensar nossos problemas, nem que seja assim, fazendo bricolagens. Podemos citar Pierre Clastres, antropólogo, quando publica seu famoso “*Sociedades contra o Estado*” nesse sentido de revistar algo por demais esquecido. O primeiro interesse de Clastres, conforme análise de Deleuze e Guattari

está em romper com esse postulado evolucionista. Clastres não só duvida que o Estado seja o produto de um desenvolvimento econômico determinável, mas indaga se as sociedades primitivas não teriam a preocupação potencial de conjurar e prevenir esse monstro que supostamente não compreendem. Conjurar a formação de um aparelho de Estado, tornar impossível uma tal formação, tal seria o objeto de um *certo* número de mecanismos sociais primitivos, ainda que deles não se tenha uma consciência clara.

(DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.19)

Aliás, em todo o *Tratado de Nomadologia*, onde Deleuze e Guattari fazem essa referência ao estudo de Pierre Clastres há a afirmação da possibilidade de uma ação nômade diante do aparato estatal. Os autores propõem a postura de “máquina de guerra” que não se trata de aparato militar nessa ação nômade. É uma ação que não se identifica com o Estado e mantém uma relação de constante tensão e conflito com o aparato estatal. No que resgataram o trabalho de Clastres, mostraram também que não há relação de progresso das sociedades com estado e aquelas com outras formas de organização do poder. Ele afirma que o Estado não se explica por um desenvolvimento das forças produtivas, nem das forças políticas.

Essa relação controversa de povos antigos com a possibilidade e efetividade do Estado pode se ilustrada pela memória conservada do povo hebreu na Bíblia, especificamente no Livro de Samuel. Lá encontramos tanto a posição de defesa do Estado, inclusive para ser como outras nações, como a advertência na figura de Samuel, que falaria em nome de Deus contra o Estado. Interessante que, ao colocar na própria vontade de Deus uma manifestação contra o Estado, pode-se perceber a dimensão polêmica da passagem do sistema tribal para o estatal entre os hebreus. Vejamos a passagem Bíblica que inicia com os anciãos dirigindo suas falas a Samuel:

Disseram-lhe: - Vê, estás velho e teus filhos não se comportam como tu. Nomeia para nós um rei que nos governe, como se faz em todas as nações. Samuel aborreceu-se porque pediram para ser governados por um rei, e começou a orar ao Senhor. O Senhor lhe respondeu: - Atende o povo em tudo o que te pedirem. Não é a ti que rejeitam, mas a mim; não me querem como rei. Eles te tratam como me trataram desde o dia em que os tirei do Egito, abandonando-me para servir outros Deuses. Atende-os; mas avisa-os claramente, explicando-lhes os direitos do rei.

Samuel comunicou a palavra do Senhor ao povo que lhe pedia um rei: - Estes são os direitos do rei que vos governará: levará vossos filhos para alistá-los em destacamentos de carros e cavalaria e para que andem à frente do seu carro; ele os empregará como chefes e oficiais em seu exército, como aradores de seus campos e ceifadores de sua colheita, como fabricantes de armamentos e de peças para seus carros. Tomará vossas filhas como perfumistas, cozinheiras e padeiras. Vossos campos, vinhas e os melhores olivais, ele os tirará de vós para dá-los a seus ministros. Dos vossos cereais e de vossas vinhas exigirá dízimos para dá-los a seus funcionários e ministros. Levará vossos servos e servas, vossos melhores burros e bois para usá-los em sua fazenda. Exigirá dízimos de vossos rebanhos. E vós próprios sereis seus escravos! Então gritareis contra o rei que escolhesteis, mas Deus não vos responderá. O Povo não quis dar ouvidos a Samuel, e insistiu: - Não importa. Queremos um rei! (BÍBLIA, *SAMUEL* 8, p. 5-20)

Pode-se analisar alguns aspectos sobre como ficou gravado na memória do povo hebreu essa forma de estado monárquico. Pode-se verificar quão forte era a resistência anterior à conformação do Estado ou quão foi posteriormente a decepção com o Estado. Cabe lembrar também que nessa memória popular, o sucesso e melhoria de vida do povo ou, ao contrário a piora das condições de vida da população era creditada ao modo como o poder era exercido pelo soberano.

Continuemos nossa bricolagem pensando nosso presente. Vimos ao longo das duas décadas finais do século passado, a implantação no Brasil e em outros países da América Latina do receituário neoliberal do “estado mínimo” onde empresas públicas

foram privatizadas, serviços foram terceirizados e atividades antes exercidas pelo estado foram transferidas para a iniciativa privada e para o chamado Terceiro Setor – as Organizações Não Governamentais.

Depois de um ciclo neoliberal, assistimos partidos de esquerda e movimentos sociais contra esta redução da presença do estado na sociedade e governos considerados de esquerda operarem uma revisão nesse modelo em alguns países na América Latina desde o início deste século. Ocorreram reestatizações em alguns países e expressivo investimento em políticas sociais redistributivas, porém nenhuma ruptura mais substancial com o modelo capitalista. Atualmente, as investidas neoliberais passam por nova construção de hegemonia.

No campo das chamadas “esquerdas” não há consenso sobre o papel do estado. Figuras como John Holloway, que propõe que as esperanças das “massas” e dos movimentos sociais não devem estar depositadas na possibilidade de algum bom governo causaram polêmicas interessantes.

À primeira vista, parece óbvio que conquistar o controle do Estado é a chave para realizar a transformação social. O Estado reivindica ser soberano, exercer o poder no interior de suas fronteiras. Isso é fundamental na idéia comum de democracia: elege-se um governo para que cumpra a vontade das pessoas por meio do exercício do poder no território do Estado. Esta idéia é a base da afirmação socialdemocrata de que a mudança radical pode ser conseguida por meios constitucionais. (HOLLOWAY, 2003, p. 26)

Holloway analisa, entretanto, a suposta fragilidade desta afirmação acima a partir da sua leitura sobre a experiência concreta de se promover mudanças substanciais nas relações socioeconômicas em diversos países. Avalia que essa centralidade na conquista do Estado “pressupõe uma abstração prévia do Estado e da sociedade aos seus limites espaciais, um recorte conceitual das relações dentro de suas fronteiras” (HOLLOWAY, 2003, p.28) Tendo claro que no espectro dos países de tradição capitalista a justiça social e redistribuição de renda não é meta dos governos, analisa o que ocorreu nos governos revolucionários identificando os problemas para mudanças a partir da conquista do espaço estatal.

A dificuldade que os governos revolucionários tiveram em deter o poder do Estado a favor dos interesses da classe trabalhadora sugere que a imersão do Estado na rede de relações sociais capitalistas é muito mais forte e mais sutil do que a noção de instrumentalidade sugeria. O erro dos movimentos marxistas revolucionários não foi negar a natureza do Estado, mas compreender de maneira equivocada

o seu grau de integração na rede de relações sociais capitalistas. (HOLLOWAY, 2003, p. 27)

Com base nestas análises, Holloway defende categoricamente uma mudança no foco das lutas de todos os que estão envolvidos em processos de transformação social e em processos revolucionários. Com base no que pode observar e analisar da experiência zapatista no México, sua bandeira se configura em torno da proposta de buscar iniciativas que provoquem mudanças sem necessariamente a tomada do espaço do poder no estado.

Este é, então o desafio revolucionário no começo do século XXI: mudar o mundo sem tomar o poder. Este é o desafio que só formulou mais claramente com o levantamento zapatista no sudoeste do México. Os zapatistas afirmaram que querem fazer o mundo de novo, que querem criar um mundo de dignidade, um mundo de humanidade, mas sem tomar o poder. (HOLLOWAY, 2003, p. 37)

Uma interessante coincidência do levantamento de teses, como essa de Holloway é que no início do século XX, assim como nesse início de século XXI, havia um forte movimento social de trabalhadores em diferentes regiões propondo que o problema da opressão dos trabalhadores além do capital, era também o Estado. Os anarquistas, sobretudo com a visibilidade de Proudhon, Bakunin e, posteriormente, Kropotkin, estabeleceram as bases entre movimentos de trabalhadores junto com socialistas em diversas lutas, porém enquanto muitos destes últimos defendiam a necessidade do Estado, mesmo que provisoriamente, os anarquistas propunham com diferentes matizes, o fim do Estado. Há quem defenda que tanto na proposta de Holloway como de Badiou exista uma retomada de teses ou alguma perspectiva anarquista para pensar a política hoje.

Essa posição de rejeição do Estado não mobiliza somente grupos à esquerda do espectro político, posto que pesquisadores como Roberto Nozic na obra *Anarquia Estado e Utopia* (1974) expôs um conjunto de idéias que o caracterizam como um libertário de direita pela sua preocupação com a existência e fim do Estado. Contra os anarquistas defende a existência de um estado mínimo, mas afirma que a existência deste deve realmente ser mínima sob pena de não se sustentar, de não se garantir.

Para Novick, nesta concepção de Estado mínimo, inclui apenas a ação do estado como uma organização para o monopólio do uso da força dentro de determinado território. Este estado mínimo poderia existir sem violar direitos fundamentais dos indivíduos (direito à liberdade, à vida, aos bens ou à propriedade). Este estado mínimo

poderia agir apenas impedindo o uso indiscriminado da força, o roubo e, também impor a execução de contratos. Qualquer ação do Estado para além destas questões seria usurpação de poder, seria a violação dos direitos individuais.

Novick não tem nenhuma pretensão de defender políticas redistributivas ou economicamente igualitárias. Ações deste tipo, seriam violação da liberdade dos que possuem bens. Assim como ninguém que tem dois olhos deve ser obrigado a doar um a quem não tem nenhum, ninguém pode ser obrigado a praticar filantropia. Pode até praticar, se for de sua vontade, porém jamais ser obrigado a tal ação. Seja à esquerda ou à direita há algo que parece dever ser revistado nessa relação com o Estado.

Retomando a proposição de Holloway, foi possível perceber a polêmica que provocou em alguns círculos, dado o reconhecimento de seu compromisso com movimentos sociais e agendas costumeiramente defendidas pela esquerda. Alguns marxistas tiveram estranheza e oposição a essa formulação. Intelectuais e militantes como Tariq ali (2004) fizeram fortes críticas a essa concepção por defenderem a importância de se tomar o poder do estado para provocar mudanças. Este autor afirmou na época que

existe um slogan idealista entre os movimentos sociais que diz: “Podemos mudar o mundo sem tomar o poder”. Este slogan não ameaça a ninguém, é um slogan moral. Quando os zapatistas, os quais admiro, marcharam de Chiapas a Cidade do México, o que acreditavam que aconteceria? Nada aconteceu! Foi um símbolo moral, nem sequer uma vitória moral, porque não aconteceu nada.

Nesse emaranhado de questões e proposições sobre o estado, podemos encontrar o ataque à opressão exercida pelo Estado em formulações de direita ou de esquerda e, da mesma forma, posições de defesa. Talvez seja interessante pensar em uma postura que nem descarte o estado como um espaço em que se pode ampliar as forças de transformação social, como também atente para a limitação de lutas que tem como foco privilegiado a conquista deste. A conquista do aparelho do estado possui suas limitações. Como alerta Foucault,

Se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado. Haveria um esquematismo a evitar – esquematismo que aliás não se encontra no próprio Marx – que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo, titular de

um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. (FOUCAULT, 1979, p.108)

Se essa pode ser mais uma possibilidade de pensar essa relação com o Estado e do modo de se fazer política, Foucault nos mostra que esta questão sobre o papel do Estado, está intimamente vinculado aos partidos políticos na construção de espaços de participação e na disputa de poder em qualquer sociedade contemporânea, porém não se esgota, como afirmou acima, no Estado. Vai muito além dele. Mas o que poderia ser uma postura de pensar e intervir no contexto vigente?

Pensando uma composição com esses materiais aqui reunidos

Talvez não caberia a filosofia engendrar verdades políticas universais ou metanarrativas que pretendam dar conta do “todo” da realidade. Talvez o espaço das verdades políticas seja realmente o espaço das lutas concretas onde cada um e cada uma estejam envolvidos. Mais do que elucubrações generalizantes sobre o sentido da política, talvez seja a hora de afirmar novas possibilidades que se colocam na contramão do que está estabelecido e hegemonizado. Talvez seja também este o papel de qualquer um ou uma que deseje analisar o que ocorre no mundo da política e no pensar essa relação com o Estado.

Tudo mostra que hoje não é história das massas que autoriza a filosofia. São as experiências locais, frágeis, porém essenciais. Elas são muito mais o que Mallarmé chamava *l'action restreinte*. Sejamos politicamente militantes da ação restrita, limitada. Sejamos em filosofia aqueles que mostram o valor universal, a verdade eterna destes pensamentos e destas ações locais e frágeis. (BADIOU, 1999, p.95)

Talvez possamos relativizar esse “*Tudo mostra que...*” de Badiou, todavia posso sim propor afirmativamente que essas experiências locais têm algo a dizer e autorizar a Filosofia a pensar. Como constatou Foucault (1979, p.09) uma mudança na postura dos intelectuais ocorreu nas últimas décadas. Muitos intelectuais passaram a desempenhar um papel mais localizado, a partir de seus locais de trabalho e de vida e puderam ter uma consciência muito mais concreta e imediata dos problemas e das lutas, o que de modo algum os distanciou de problemas mais amplos do proletariado e das massas, pois os inimigos encontrados forma, muitas vezes os mesmos de ambos, ou seja, as multinacionais, o aparelho jurídico e policial, etc.

Sabe-se que a história das massas foi, às vezes, a história da negação da política, da possibilidade da política e da liberdade política, haja vista as experiências fascistas. Uma maior precisão conceitual deveria nos levar a uma diferenciação entre a construção e uso do conceito de poder em Holloway e Foucault, mas interessa aqui ver que composição, mesmo considerando tais diferenças. Foucault e Deleuze também fizeram alertas semelhantes nas últimas décadas do século passado na busca de encontrar novos parâmetros para pensar a ação política. Talvez a ação política hoje não precisasse ou não devesse estar voltada para a tomada do Estado. Badiou (1994, p.57) advertiu ser necessário repensar a política tendo quatro ideias básicas:

- Independência total do processo político organizado em relação ao Estado. O que implica um pensamento prático em ruptura com o consenso constitucional e formal.
- Abandono da ideia de representação. Uma política não representa ninguém. Ela só se autoriza por si mesma.
- Concepção da ação militante independente de toda perspectiva de ocupação do Estado. Trata-se de produzir e de organizar no povo rupturas subjetivas. E assim concretizar, aqui e agora, o definhamento do Estado.
- A organização política não é um partido, pois todo partido é determinado pelo Estado. A política deve ser uma *política sem partido*.

Crescem diferentes experiências de rearticulação entre velhos e novos movimentos sociais e partidos políticos na construção de alternativas. Não formam um conjunto homogêneo, mas sim uma diversidade aberta e, muitas vezes, bastante conflituosa, mas buscando uma maior independência com relação ao estado, mesmo quando esse é ocupado por governos “sensíveis” às demandas populares. Numa ação assim, organizações políticas que não estejam estreitamente ligas aos partidos políticos podem cumprir papel inovador.

A mesma tecnologia que permite o fluxo permanente de informações e capitais que alimentam o mercado financeiro mundial, também proporcionou, como nunca antes na história, encontros e trocas entre os que se contrapõe a hegemonia capitalista. Todo um caldo de cultura de resistência vem sendo gestado e como na citação de Holloway que colocamos na introdução deste, há que germinar novas possibilidades de pensar a política para construir uma sociedade que nos pareça mais agradavelmente bonita, para ficarmos no padrão estético.

Há que se inventar novas formas de resistência, novas formas de luta. Encerro com uma citação do filósofo Gilles Deleuze (1992, p.216) que aponta, em sua análise sobre as sociedades contemporâneas um possível caminho de resistência a ser desenvolvido:

É verdade que, mesmo antes das sociedades de controle terem efetivamente se organizado, as formas de delinquência ou de resistência (dois casos distintos) também aparecem. Por exemplo, a pirataria ou os vírus de computador, que substituirão as greves e o que no século XIX se chamava de “sabotagem” (o tamanco – *sabot* – emperrando a máquina). Você pergunta se as sociedades de controle ou de comunicação não suscitarão formas de resistência capazes de dar novas oportunidades a um comunismo concebido como “organização transversal de indivíduos livres”. Não sei, talvez. Mas isso não dependeria de as minorias retomarem a palavra. Talvez a fala, a comunicação, estejam apodrecidas. Estão inteiramente penetradas pelo dinheiro: não por acidente, mas por natureza. É preciso um desvio da fala. Criar foi sempre coisa distinta de comunicar. O importante talvez venha a ser criar vacúolos de não-comunicação, interruptores, para escapar ao controle.

O que nos moveu neste pensar possibilidades de fazer política tendo a pergunta pela relação com o Estado como mote, como dito inicialmente, estava no fato das respostas mais comumente presentes no cotidiano parecerem não dar conta de desafios da ação política hoje e pela imbricada relação entre estado e economia. Mais especificamente, com a economia cada vez mais integrada mundialmente e com o poder econômico tendo escala global, o poder político dos grandes grupos econômicos cresce e torna-se definidor ou delimitador das políticas implementadas em cada país. O poder do estado-nação parece cada vez menos potente para, efetivamente, definir as opções políticas de forma soberana em cada localidade.

Ao longo dessa bricolagem, usamos alguns materiais. Certamente se tivéssemos colocado na composição deste o pensar a democracia (que não foi citada nenhuma vez) ou as pretensões das democracias liberais, novas formas, composições e arranjos seriam possíveis no texto. Bricolagem nos textos, bricolagem na política. Ora, se tanto o Estado está comprometido nesse contexto de hegemonia neoliberal, outras estratégias podem ocupar lugares privilegiados naqueles que pensam e se engajam cotidianamente no fazer política. Poderá ser na valorização das experiências locais ou na criação e organização de novos espaços de atuação e comunicação entre os que querem outro mundo e outra política, ou como no trecho acima de Deleuze, poderá ser na criação de espaços de não-comunicação, de interruptores que se conseguirá gestar outra ação política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, Tariq. Para mudar o mundo é preciso tomar o poder (ainda que em pequenas doses). Entrevista concedida a *Claudia Jardim, Jonah Gindin*. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article121529.html> em 22 julho 2004 acessado em 22/07/2016.

BÍBLIA do Peregrino. Editora Paulus: São Paulo, 2002.

BADIOU, A. O que é pensar filosoficamente a política?. In: GARCIA, C. (ed.). Conferências de Alain Badiou no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. *Para uma nova Teoria do Sujeito: Conferências brasileiras*. Tradução: Emerson Xavier da Silva, Gilda Sodré; Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BOBBIO, N. *Dicionário de Política*. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino. Tradução de Carmen C. Varriale et al.; coordenação da tradução João Ferreira. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Linha Gráfica Editora, 1991.

DELEUZE, G. *Conversações*. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F.. Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. Pelbart PP, Caiafa J, tradutores. Rio de Janeiro: Ed 34, p.11-110, 1997.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

HOLLOWAY, J. *Mudar o Mundo Sem Tomar o Poder: o significado da revolução hoje*. Tradução: Emir Sader. São Paulo: Editora Viramundo, 2003.

MOUFFE, C. *O regresso do político*. Gradiva: Lisboa. 1996.

NOZIC, R. Anarquia Estado e Utopia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1974.

PRADO, A. Soltem os Cachorros. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1979.

SILVA, T. Tadeu da. *O adeus às metanarrativas educacionais. O Sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, p. 247-258.